



[Inicio](#) [A Revista](#) [Editorial](#) [Arquivo »](#) [Colaboradores/as](#) [Descargas](#) [Normas de publicación](#)

Contacto

Inicio » Frontal » JOSÉ ANTÓNIO AFONSO, Escolas rurais na 1ª República portuguesa. 1910-1926. Discursos e representações sobre a periferia. (Santo Tirso, 2016).

JOSÉ ANTÓNIO AFONSO, Escolas rurais na 1ª República portuguesa. 1910-1926. Discursos e representações sobre a periferia. (Santo Tirso, 2016).

Este trabalho de José António Afonso, “Escolas rurais na 1ª República portuguesa. 1910-1926. Discursos e representações sobre a periferia”, conta com um prefácio da autoria de Justino de Magalhães o que, desde logo, o valoriza. Nas primeiras linhas do prefácio é feito jus a um valor bastante significativo que a obra possui, já que “o tema das escolas rurais está pouco explorado pela historiografia da educação em Portugal” o que revela “algum ineditismo” e também um “contributo substantivo associado a uma perspetiva inovadora, quer no plano metodológico ... quer no plano hermenêutico” (p. 7).

Poder-se-ia fazer quase uma cópia do prefácio que o livro ficaria, no essencial, apresentado. Contudo, vamos acrescentar um pouco mais da nossa leitura pessoal, porventura menos complexa e filosófica, mas que transmite o sentimento que de nós se apoderou durante e após a leitura destas cerca de noventa páginas que encerram o texto resultante do trabalho de investigação do autor.

A isotopia, e a utopia, republicana, que conduzia a crer que a escola seria o fator definitivamente regenerador da sociedade, é analisada em pormenor pelo autor que se debruça sobre a questão da generalização da escolaridade a toda a população e as iniciativas políticas orientadas para essa finalidade, notadamente as Escolas móveis, portadoras de uma dignidade que não se

PROCURAR

- [Categorías principais](#)
- [Procurar en todo](#)

COMITÉ DE REDACCIÓN

- Narciso de Gabriel, Universidade da Coruña (director)
- Eugenio Otero Urtaza, Universidade de Santiago de Compostela
- Xosé Manuel Cid Fernández, Universidade de Vigo
- J. Luis Iglesias Salvado (secretario)

CONSELLO EDITOR

- Justino Magalhães, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
- Mª Dolores Cotelo Guerra, Universidade da Coruña
- Rosa Cid Galante, Universidade de Vigo
- Antón Costa Rico, Universidade de Santiago

queria inferior às das escolas ditas permanentes, fixadas em edifícios locais e, também, à questão da escola rural que, obviamente, não podia ser igual à escola urbana. Mas será que não a imitava? Esta questão atravessa toda a obra conduzindo à dicotomia “escolas rurais” versus “escolas em espaços rurais” que o autor apresenta, inclinando-se a asseverar terem sido as segundas que efetivamente existiram, com todas as limitações que isso acarretou.

O primeiro capítulo, chamado de “rururas políticas e continuidades culturais,” onde o autor aborda a produção histográfica disponível para o período estudado, é, de algum modo, uma peça fulcral da obra dado que permite situar o leitor perante a complexidade social, política, económica e cultural do período republicano a braços com uma herança que, se por um lado, permitiu o triunfo do movimento revolucionário munido das perspetivas que eram abertas pela ideologia dos seus apoiantes, por outro, acabou por se constituir, vista a sua rigidez e arcaísmo, num dos maiores obstáculos à definitiva consagração da república democrática que acabou por soçobrar vítima da sua incapacidade de criar o “mundo novo” prometido.

Este capítulo inicial faz a exibição do conflito latente entre o “povo rural,” “falho por completo de instrução e de educação cívica” e não diria o “povo urbano”, mas sim, a sua elite acantonada nos lugares do novo poder, quer efetivamente assumido como tal, quer o poder das tribunas propagandísticas, jornalísticas, literárias e culturais. Esta elite que se afirma preocupada em conseguir a homogeneização social da população, via ensino, que proporcionasse o progresso civilizacional, sempre contido nos limites da sua “nova sociedade” dita “democrática igualitária” (pp. 17-18).

Prossegue com um esboço da situação económica e social dos anos republicanos em que alguns dos números estatisticamente mais significativos são presentes tais como a distribuição da população pelos setores produtivos, o recenseamento dimensional da incipiente indústria existente e a distribuição da força de trabalho por género e pelos dois grandes períodos etários, jovens e adultos, ou ainda o dos meios de comunicação existentes, os baseados no movimento físico das pessoas, animais e coisas, como estradas e caminhos de ferro, e outros sem esse movimento físico como telefones e telégrafos. Não ficam sem referência o nível salarial extremamente baixo da população operária, as lutas e greves do movimento operário quer fabril, quer rural, que o capitalismo já não se restringia aos meios urbanos e ensaiava a penetração nos campos, nomeadamente da região centro-sul do país ou a reorganização do próprio Estado em si que procurava se adaptar à evolução da sociedade existente, mas, sobretudo, à que era pretendida pela elite política e social.

Em função desses dados, o autor faz-nos uma apresentação da discussão do “estado da nação” ao longo do período de quase dezasseis anos que durou a primeira República. Aí aparecem temas tão importantes para o país como o eram a emigração e, em associação, o analfabetismo das grandes massas, nomeadamente as que viviam em regiões não urbanas, que, em conjunto, condicionavam muito da existência real das populações e a possibilidade do desenvolvimento económico e social pretendido. O autor cita mesmo um

Joaquim Pitassilgo, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

- Xosé M. Malheiro, Universidade da Coruña
- Xosé Luis Antas Ramos, CEIP Concepción Arenal
- Uxía Bolaño Amigo, Universidade de Santiago
- Raquel Vázquez Ramil, Universidad de Valladolid
- Vicente Peña Saavedra, Universidade de Santiago
- Miguel Somoza Rodríguez, UNED
- Sabela Rivas Barrós, Universidade da Coruña

CONSELLO ASESOR

- Carmén Agulló Díaz, Universitat de València
- M^a Nieves Gómez García, Universidad de Sevilla
- Gianfranco Bandini, Università degli studi di Firenze (Italia)
- Diana Gonçalves, Universidade de São Paulo (Brasil)
- Agustín Escolano Benito, Universidad de Valladolid
- Gabriella Ossenbach, UNED
- José María Hernández Díaz, Universidad de Salamanca
- Antonio Nóvoa, Universidade de Lisboa (Portugal)
- Aida Terrón Bañuelos, Universidad de Oviedo
- Maria João Mogarro, Universidade de Lisboa (Portugal)
- Joan Soler Mata, Universitat de Vic
- Mar del Pozo Andrés, Universidad de Alcalá
- Frank Simon, Universidade de Gent (Bélgica)
- Mercedes Vico Monteoliva, Universidade de Málaga
- Antonio Viñao Frago, Universidade de Murcia

WEB

- Javier Prado Espiñeira

CRÉDITOS

Este volume publicase

estudo da época que mostra que cerca de 96% do total das freguesias, órgãos de base na divisão administrativa do país, eram consideradas, segundo os critérios vigentes, como freguesias de “população rural,” o que, de algum modo, nos transmite uma dimensão do problema.

Sempre acompanhado de estudos contemporâneos, o autor realça o ascendente que o discurso e a reflexão sobre o “problema rural” vai assumindo na comunicação científica sem, contudo, se dar a osmose que o fizesse passar da comunidade científica à política. Sem nunca deixar de apresentar a sua perspetiva sobre as questões levantadas, o autor termina esta parte do seu trabalho com uma referência ilustrativa da opinião de uma certa intelectualidade da época com impacto em parte significativa do meio político e no futuro do país. Trata-se do filme “Os Olhos da Alma” produzido por Virgínia de Castro Almeida a partir de um seu romance homónimo, com o qual pretendia mostrar no estrangeiro “as belezas naturais de Portugal, os seus monumentos e os costumes do seu povo” (p. 29). Aí se fazia a defesa do “retorno ao modo de vida tradicional” e de “uma sociedade sem qualquer mobilidade social” agarrada aos valores do “regionalismo e da tradição” e “estranque a qualquer transformação” (p. 31). Em suma, um autêntico “ovo da serpente.”

A “escola republicana” como se designa o segundo capítulo, indo diretamente para o assunto da educação escolar, faz uma aproximação ao objetivo central do autor, a discussão das escolas nos meios rurais, sendo que era nessa área que se situava uma das expetativas mais esperançosas para os homens da República, já que pareciam acreditar na retórica de que a escola ia mudar a sociedade num sentido de alargar a democracia e a participação social ao maior número no caminho da justiça social.

Neste capítulo central da obra o autor expõe o debate parlamentar, de alguma violência verbal, a propósito de dois temas que entroncam no seu objetivo principal de escrutinar a existência da escola rural / escola em meio rural. O primeiro tratava da questão da localização das sedes escolares, que à partida pareceria inócua por procurar adequar o número de escolas às populações reais nas diversas localidades do país, mas que, no entanto, trouxe para a ribalta da discussão a cadente questão de acudir às escolas destinadas às populações afastadas dos grandes centros populacionais geralmente designados por rurais e que tinham os concursos para o provimento das suas cadeiras muitas vezes vazios de interessados. O segundo tema tinha a ver, em 1914, com a reorganização do ensino normal primário, de importância acrescida já que se, por um lado, o número de professores não era suficiente, por outro, a sua formação deixava muito a desejar no sentido em que parecia primordial o seu contributo no sentido do cumprimento das finalidades que a República se propunha, nomeadamente a passagem formal do poder para o povo, através da sua participação consciente e interessada nos processos eleitorais, que continuava sendo um objetivo mirífico contando a população uma enorme maioria de analfabetos inconsciente, em geral, dos seus direitos civis e políticos no seio da República. Como se dizia no projeto de lei discutido no final desse mês de fevereiro de 1914, em pleno apogeu das instituições

cunha axuda dos grupos de investigación das tres universidades galegas que configuran a REDE RINEF-CISOC.

ETIQUETAS

Podes ver tódalas tags ou etiquetas empregadas pol@s autores/as en cada un dos estudos na seguinte ligazón.



Ver etiquetas

republicanas, era precisa a escola popular consubstanciada na escola dita primária, que seria uma “escola para a República,” a qual teria de prover às alterações que transfigurariam a população tornando-a letrada, mas sobretudo consciente o suficiente para usar assertivamente os seus direitos.

Estes e outros debates, dentro e fora da instituição parlamentar, são deveras ilustrativos das dificuldades inerentes do processo que conduziu à construção de escolas em número apreciável, à formação de professores e à proliferação das chamadas escolas móveis como principal meio para acudir às populações rurais, mas que, não obstante, permitiu apenas um reduzido decréscimo da taxa de analfabetismo. Contudo, como o autor realça noutro local do trabalho, as escolas móveis terão sido um vetor de penetração da República no espaço rural e tendo permitido, como se diz atrás, combater o analfabetismo, embora com sérias limitações, fizeram “emergir realidades socioculturais deveras desafiantes para a própria consolidação da República” (p. 48).

Socorrendo-se de vários trabalhos histórico-científicos, o autor passa, nas páginas seguintes, a fazer um ponto do “estado da arte” que lhe permite dar uma imagem impressiva do “estado da nação,” referindo, a propósito, “os constrangimentos financeiros, [as] resistências sócio simbólicas e [as] indefinições de natureza política” (p. 37), que durante todo o período foram suficientemente fortes para impedir a concretização de muito daquilo que o ideário republicano propugnava e de que reflexos óbvios surgem na questão escolar e naquele espaço de ruralidade que a política republicana democrática procurava ocupar e que só começou, de facto, a ser influenciado já na fase final do regime, no início da segunda década do século dezanove. No entanto, algo foi conseguido, e os dados que o autor apresenta, a que se juntam as suas notas de comentários, referentes a dois terços dos distritos continentais – onde sobressai a ausência do distrito do Porto – realçam o esforço empreendido pelos republicanos na consolidação da rede pública de escolas primárias (pp. 40-41).

Nos últimos parágrafos desta parte do seu trabalho, o autor faz uma descrição amplamente documentada com inúmeros depoimentos coetâneos das iniciativas, dos processos e das medidas legais avançadas com o objetivo de concretizar a criação e generalização das chamadas escolas rurais e agrícolas, uma problemática muito sensível à época em função dos fenómenos migratórios e da estrutura social e económica do país predominantemente assente na agricultura e com população ativa maioritariamente trabalhando, a maior parte das vezes em regime de pura sobrevivência, nos campos.

Realce deve ser dado à valorização acrescida deste estudo sobre as “escolas rurais na 1ª República portuguesa” pelo uso de fontes tão diversificadas e em número tão grande. Destacam-se a imprensa de educação, pedagógica e académica (*Revista de educação e técnica, O Professor primário, Revista escolar, O Instituto...*), as revistas especializadas (*Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal, Seara nova, Vida portuguesa...*), as publicações do Ministério da Instrução Pública, assim como do da Agricultura (Boletins oficiais, Estatísticas, Relatórios da Inspeção), a Imprensa periódica

de âmbito nacional (*O Século*) e regional (*Ecos do Mondego*, *Revista de Guimarães...*), documentos memorialísticos, uma obra literária de Virgínia de Castro Almeida (*Os olhos da alma*) e o filme que produziu usando-a como roteiro (a escritora mais tarde ocupou lugar de relevo no regime do Estado Novo em Genebra, enquanto desempenhou o cargo de delegada do governo salazarista na Sociedade das Nações, Virgínia de Castro e Almeida escreveu também, em colaboração com o Secretariado de Propaganda Nacional, pequenos livros de difusão histórica e de doutrinação dos valores e da visão do Estado Novo), as conferências e palestras públicas de personalidades de relevo na vida cultural, académica e política nacional, assim como diversas obras e estudos de autores contemporâneos e as atas de sessões parlamentares.

No capítulo final, o autor parte “à descoberta do povo,” ou melhor, acompanha o percurso de alguns que se empenharam nessa missão que se pretendia educadora e civilizadora, nomeadamente agentes ligados ao ensino, quer como professores, quer como inspetores, mas vários outros como jornalistas, capitalistas e filantropos. É nesta parte do trabalho que, de facto, se mergulha na questão fulcral do livro, a das escolas “rurais.”

A chegar ao termo o trabalho debruça-se sobre a intensa controvérsia havida no seio da sociedade procurando reencontrar-se a ela própria através do debate, num esforço cruzado, do nacional, através das instituições político-parlamentares, da postura dos intelectuais, dos relatórios dos inspetores do ensino, ao local, e deste, nomeadamente por meio da imprensa regional e dos “jornais da classe” dos professores, mormente das escolas móveis, ao nacional, procurando influenciar o futuro da escola republicana, em particular da rural. Tudo, ou quase, que se relacionasse com o ensino aparecia nesta discussão, que durou toda a vigência da República, e para cá e para lá dos seus limites temporais, o regime de classes, os exames, os tempos letivos, a formação dos professores e o seu isolamento social, a assiduidade destes e o absentismo dos alunos, os programas e os métodos de ensino, os tipos de escolas e a sua implantação, a coeducação, a arquitetura escolar e as questões de higiene, as bibliotecas escolares.

Outra questão evidenciada nesta obra prende-se com a existência de beneméritos que ofertando instalações, equipamento escolar e material pedagógico acabavam por ver o seu nome incensado quer na imprensa periódica, não só local, mas também de divulgação nacional. Essa prática era, assim, incentivada e eles distinguidos com honrarias várias a nível oficial, dado ser o seu contributo considerado inestimável e como uma forma efetiva de combate às dificuldades que o Estado, permanentemente mergulhado em crises financeiras, não conseguia ultrapassar mau grado a retórica dos seus ideólogos. Como nos diz o autor, “no espaço urbano sinalizavam-se as debilidades da escola pública; no espaço rural constatava-se a ausência de espaços escolares” (p. 79).

Tudo isto nos conduz a uma dramática exposição do dia a dia escolar, quando existente, nas terras do interior a partir de alguns dos periódicos de vocação pedagógica existentes à época, especificamente, a *Educação Nacional*, a *Federação Escolar* e a *Escola Moderna*.

Por maior e melhor que seja a referência pormenorizada a estes aspetos e outros neste capítulo, nada poderá substituir a sua leitura, que vivamente se recomenda, a qual nos faz mergulhar num mundo completamente outro, como o era o mundo rural português das primeiras décadas do século XX. Não deve, contudo, deixar de realçar-se os depoimentos e os testemunhos daqueles que viveram a situação. Por exemplo, o do “inspetor rural” Oudinot que dá um cru retrato do interior do país por onde passou no desenvolvimento das suas atividades profissionais que, aliás, se iniciaram como professor em 1908 numa escola primária que considerou ser “um pardieiro pneumónico” (p. 87); ou o do professor Dória, um homem com trinta e sete anos de prática educativa e que começou a sua atividade no ensino particular em terras onde nunca tinha sido visto um professor e nas quais “ninguém lá sabia ler” (p. 94). É, de facto, andar “á descoberta do povo” e dum país e levanta uma questão bem presente, e de algum modo dialética, como poderá o país estar bem se o seu povo está mal?

A sensação que se tem ao longo de toda a leitura é a de que o autor parece pressionado pela urgência (saudável) de informar, de acrescentar depoimentos, de sublinhar referências, aparentando cada página comportar muito mais informação do que aquela que é possível verter nas suas estimadas trezentas e trinta palavras. É profusa a utilização de testemunhos da época, que permitem a esfera dos debates sempre vivos, impondo-nos uma ambientação à vida social, política, cultural e económica das primeiras décadas do século passado, nomeadamente as que incluem os anos em que Portugal teve como regime político a República, desde o fim da Monarquia constitucional até à Ditadura militar que precedeu o Estado Novo. Talvez a explicação para o volume informativo acarretado se encontre na parte oculta do título da obra a qual aparece apenas no rodapé das páginas, “Inquéritos exploratórios.”

O que esta obra nos traz é uma questão pertinente a colocar. A resposta é quase imediata a partir da sua titulação. São os discursos sobre a escola e as representações da escola republicana, com uma vertente de maior preocupação assente na temática das escolas estabelecidas no mundo rural. Encontramos, de facto, na capa do livro, depois do nome do autor, José António Afonso, a designação da obra “Escolas rurais na 1ª República portuguesa,” mas não insistimos na qualificação de escolas rurais, porque como o próprio autor nos assevera será mais correto falar de “escolas em espaço rural” (p. 101).

Quando chegamos à conclusão formal fica-nos a ideia que já na parte final de à “descoberta do povo” ela se desenhava, nomeadamente onde é apontado que “a escola em espaço rural vai sendo apropriada pelas populações, naturalmente com ritmos diferenciados, resultantes das próprias transformações sociais e das recomposições sociais daí decorrentes” e que “é uma escola permeável às oscilações políticas e às mutações das políticas sociais.” (p. 101)

Finalmente, considera o autor que a escola para poder ser considerada

como escola rural “deveria ter tido um caráter próprio, uma identidade,” e ser “objeto de uma reforma, que conciliasse a dignidade e a formação do professor, com a dinamização cultural das aldeias com convicção política e cívica” pelo que, tendo isso estado ausente, conclui que talvez não tenham chegado a existir escolas rurais no período estudado e, como já referenciado, tudo se tenha resumido a escolas plantadas em meio rural” (p. 101).

Concluo, citando do prefácio as asserções de que esta obra de José António Afonso se apresenta sob a forma de um livro “bem documentado” que “abre para o debate” e que da sua leitura muito poderá beneficiar os que pretendam “dispor de uma visão mais ampla e de longa duração sobre a escolarização” em Portugal (p. 12).

Carlos Beato

Aposentado do Ministério da Educação

RelacionadoPalabras chave - KeywordsComparte



UNIVERSIDADE DA CORUÑA

Universidade de Vigo



J. Martín Sarmiento